

Câmara vota e altera a lei eleitoral hoje

Os líderes na Câmara dos Deputados firmaram ontem acordo para votar hoje a lei eleitoral. Esse entendimento prevê a derrubada das duas emendas do Senado que desagradaram os parlamentares da Casa: a liberdade de divulgação das pesquisas até a data da eleição e a permissão para que os partidos com registro provisório junto ao TSE obtenham representação no Congresso até a promulgação da lei. O objetivo é manter o projeto original da Câmara, que previa a proibição das pesquisas nos últimos 30 dias da campanha para o primeiro turno e nos 10 dias que antecedem o segundo. O prazo para a obtenção da representação continua como estava: até o último dia 5 de abril.

Além dessas modificações na lei votada no Senado, os líderes concordaram também em derrubar o dispositivo que prevê a transformação das mesas receptoras dos votos em mesas apuradoras. A alegação é a de que o Código Eleitoral já prevê essa possibilidade nos locais em que há condições para que as duas atividades sejam feitas. Deve cair também outro artigo aprovado pelos senadores proibindo a utilização do horário gratuito na televisão por candidatos à Presidência da República, de outros partidos.

Esse item foi considerado no Senado como "dispositivo anti-Collor", já que o ex-governador de Alagoas vem usando esse artifício para fazer campanha.

Os líderes da Câmara alegam que a medida "é inócua", já que o próximo programa em que o candidato aparecerá, o do PSC, vai ao ar amanhã, quando a lei ainda não estará em vigor.

Apesar do acordo, PT e PDT pretendem entrar com destaques para manter os pontos aprovados no Senado que consideram necessários. O PT quer a livre divulgação das pesquisas até a data do pleito e manter o mesmo prazo dado pelo Senado para a obtenção de representação partidária no Congresso aprovada por aquela Casa. A liderança do PDT deseja que seja mantida a dupla função das mesas: receptora e apuradora, além da manutenção do "dispositivo anti-Collor".